



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 63

Sessão Extraordinária Setembro

Reunião em 15/09/2017

Aos quinze dias do mês de Setembro do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Segundo Secretário da Assembleia, Jorge Carvalho Arroiteia, na qualidade de Presidente da Mesa em Exercício, secretariado pela Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeiro Secretário, e pela Vogal Mónica Filipa Cristóvão Gomes, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Nuno Frederico Miranda Leite, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.⁰⁰¹

Pelas 18:30 horas, o Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a Sessão Extraordinária no mês de Setembro.

Nesta sessão faltaram os Vogais, o Presidente da Assembleia António do Pranto Nogueira Leite, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, António Ildebrando Nunes Costeira, e Maria da Luz Nolasco.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Manuel Oliveira de Sousa.

Faltaram o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Rita Alexandra Verdade da Encarnação e João Francisco Carvalho de Sousa.

De seguida, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão, da Primeira Secretária da Mesa, Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos Vogais Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Aida Isabel Pereira Tavares, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Rui Lima Batista e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Antero Marques dos Santos, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta sessão por Silvestre Paiva da Silva, Miguel António Costa da Silva, e Nuno Frederico Miranda Leite, respectivamente.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa em exercício, fez a apresentação de um Voto de Pesar, subscrito por todos os grupos municipais, pelo falecimento de D. António Francisco dos Santos (ex-Bispo de Aveiro)⁰⁰⁴, com o seguinte teor:

«Voto de Pesar pelo Falecimento de D. António Francisco dos Santos

A notícia da morte de D. António Francisco dos Santos deixou os aveirenses profundamente consternados, sobretudo todos quantos tiveram a sorte de poder privar com o então Bispo de Aveiro (que o foi até ser chamado para a diocese do Porto) e de poder testemunhar, assim, a sua dedicação aos outros, particularmente aos mais desafortunados, a sua inteligência, a sua cultura superior...

Pela sua dedicação a Aveiro e às suas gentes, os aveirenses, crentes ou não, estar-lhe-ão para sempre gratos.

Reunida em sessão extraordinária aos 15 dias do mês de setembro, a Assembleia Municipal expressa o seu pesar pela morte de D. António Francisco dos Santos endereçando condolências aos seus familiares e, bem assim, à igreja que tão denodadamente serviu.»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e uma saudação levantados.

De seguida, o Presidente da Mesa em exercício, deu conhecimento à Assembleia⁰⁰⁵, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que o relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria Externa – Exercício 2016, Relatório do 1.º Semestre de 2016 e Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria Externa – Exercício 2015, se encontra disponível para todos os membros da Assembleia no site da Assembleia, junto da documentação da sessão.

Continuando o Presidente da Mesa em exercício leu a “*Ordem-do-Dia*” da Convocatória para esta Sessão Extraordinária.

Ponto 1 – Apreciação e votação da dissolução da AveiroExpo – Parque de Exposições de Aveiro EM e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro;

Ponto 2 – Apreciação e votação da Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a Destino Final e Limpeza Urbana;

Ponto 3 – Apreciação e votação da Proposta de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar;

Ponto 4 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro: Revogação do Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte).

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da dissolução da AveiroExpo – Parque de Exposições de Aveiro EM e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 06/09/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁶ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁷

“Este é mais um passo do processo de extinção da AveiroExpo determinado pelos seus resultados financeiros de dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze, naquilo que é o cumprimento das determinações da Lei 50/2012. Neste caso num processo mais complexo do que as outras empresas municipais dado o facto de termos um sócio titular de quarenta e nove por cento do capital da empresa, um sócio privado. Por outro lado, termos uma empresa que ganhou, a partir do ano de dois mil e quinze, inclusive, a sua autossustentabilidade financeira, embora com um conjunto de problemas para tratar, nomeadamente este da sua extinção por força dessa conjugação da Lei 50 com a sua performance financeira desses três anos. Não há aqui nada de relevante, serei sumário.

Normalmente preocupamo-nos, e bem, com os recursos humanos. Esta nossa empresa tem apenas sete funcionários. Temos uma equipa de grande qualidade e muito curta para as necessidades da gestão do Parque de Feiras e Exposições. O que está no plano de internalização é a assinatura de acordos de cedência de interesse público, ACIP's, para que eles se integrem na Câmara, assumam esse contrato na relação formal com a Câmara Municipal. Isto está tudo trabalhado com eles, eu próprio tive reunião com todos eles para falarmos sobre isto abertamente e sobre a gestão deste processo, sabendo que um outro objectivo que temos fixado é virmos a criar uma nova entidade para integrar esses mesmos funcionários e gerir o Parque de Feiras e Exposições, dado que a natureza e a tipologia de eventos e de funcionamento daquela estrutura exigem mecanismos legais mais ágeis do que aqueles que nós temos na administração directa feita por uma câmara municipal.

É um passo importante. Obviamente que esta matéria está devidamente tratada nos órgãos da empresa articulada com o nosso sócio, a Associação Industrial do Distrito de Aveiro. É mais um passo nessa caminhada, sabendo que temos aqui uma ambiência tranquila no que respeita à substância da matéria porque a nossa empresa atingiu um nível de autossustentabilidade bom, funciona bem. Também por aí procuramos cuidar de criar a nova estrutura tirando bom proveito daquela que é a situação actual da empresa, com as delicadezas dos últimos dois anos onde o Tribunal de Contas tem sido muito implacável a chumbar propostas de criação de novas entidades e é preciso não esquecer que uma nova entidade que se crie carece de Visto prévio vinculativo por parte do Tribunal de Contas. Lá iremos. O que está em causa agora é darmos mais este passo para tratarmos da AveiroExpo. O plano está apresentado com clareza, com essa nota cuidada, no caso simples e fácil, da gestão dos recursos humanos, das sete pessoas que conosco trabalham bem e que nós queremos que continuem a trabalhar ao serviço do nosso Parque de Feiras e Exposições.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Realçamos o facto da incorporação dos funcionários da Aveiro-Expo e bem. Reforçamos “e bem”. Porém, essa medida leva-nos a interrogar que perante o caso da extinção da MoveAveiro a mesma prática não tenha ocorrido. É demonstrado assim, através desta medida, que no caso da MoveAveiro haveria outra solução e que este executivo não a contemplou. Perguntamos se a continuação dos trabalhadores ao serviço municipal não seria a melhor solução ou até mesmo a sua inter-municipalização. Em final de mandato o executivo camarário consegue, por imposição legal, pôr fim a uma empresa municipal que serviu durante diversos anos de aproveitamento partidário – vulgo boys for de jobs, nas diversas nomeações que existiram na empresa municipal.

A responsabilidade política da sua criação e agora a sua extinção, deve interrogar os aveirenses das respostas que devem ser dadas.

As interrogações que se põem agora estarão centradas no futuro da extinta Aveiro-Expo e do que se pretende realizar — e se não estaremos perante uma concessão de pacotilha.”

Vogal Jorge Greno (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁹

“Boa tarde a todos. Da nossa parte nada a acrescentar do que o Senhor Presidente disse. Isto é a continuação de um processo ao qual a Câmara está obrigada e naturalmente merecerá o nosso voto favorável.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰¹⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹¹

(Deram entrada na sala os Vogais Rui Lima Batista e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹²

“António Neto, enfim... a MoveAveiro está tratada, bem tratada! Foi um processo que correu muito bem, os cerca de cinquenta funcionários da Câmara que regressaram à Câmara estão todos a trabalhar, bem integrados. Temos duas questões de ajustamento para melhorar. É um processo de grande sucesso, correu muito bem, todas as pessoas que saíram receberam a sua indemnização. É um processo exemplar. Aliás, se falar com os sindicatos que conosco trabalharam terá, seguramente, esse testemunho, quer o SINTAP da UGT, quer o STAL da CGTP, qualquer um dos sindicatos lhe dará esse testemunho porque para si será muito mais importante que o meu próprio testemunho.

Percebi o apoio do Bloco de Esquerda a esta proposta que, para o caso, é o que interessa, é da AveiroExpo que estamos a tratar, a MoveAveiro a esse nível está tratada.

Quanto ao futuro da empresa, deixar-lhe claro que nós somos absolutamente a favor da gestão da Câmara no Parque de Feiras e Exposições. Devo-lhe dizer que já tivemos propostas muito interessantes de empresas privadas que queriam vir gerir por concessão o Parque de Feiras e Exposições. Muito interessantes em termos financeiros. Recusámos linearmente, somos absolutamente contra. Nós defendemos a gestão directa, directa no sentido de ser por uma entidade onde a Câmara de Aveiro tenha a supremacia da gestão, como por exemplo hoje que não somos únicos na gestão da AveiroExpo, somos maioritários. Portanto, pode ser nesta lógica, numa entidade onde nós sejamos

maioritários. Este é o nosso modelo, é aquilo que fizemos até hoje e é aquilo que defendemos e que queremos fazer. Que isto seja claro, que os nossos modelos de concessão que usámos, nomeadamente na MoveAveiro, foram liminarmente rejeitados. Recebemos pelo menos duas propostas que nos chegaram, uma delas já muito objectiva em termos financeiros, interessantes em termos financeiros, mas que no nosso modelo de gestão não nos interessam, com todo o respeito por quem as apresentou. Nós defendemos, e queremos continuar a fazê-lo, uma gestão do parque de Feiras e Exposições com uma entidade onde a Câmara de Aveiro tenha a absoluta supremacia. Aliás, passo por aqui às questões que o Marques Pereira colocou, além daquela sua falta de convicção naquela sua afirmação onde é tão claro quando diz que lhe falta a absoluta convicção, mas fica a fé por quem a quiser e o respeito pela decisão dos nossos concidadãos no dia um de outubro, com toda a tranquilidade. Não será, seguramente, pelas suas declarações de convicção frágil feitas aqui que impressionará qualquer dos cidadãos de Aveiro. Eles decidirão, vão seguramente decidir bem. Eu sou o Presidente da Câmara até ao último dos dias e, portanto, sou eu que tenho que responder a perguntas. Quem me suceder, eu próprio ou alguém que os nossos cidadãos escolham em alternativa, passará a responder a partir do dia da posse. É assim que se faz em democracia e, portanto, nós estamos nessa luta, com grande intensidade e determinação para a ganhar. Esse espaço é um outro espaço que não o da Assembleia Municipal. O modelo preferencial que nós estamos a trabalhar é a associação privada sem fins lucrativos, com um problema que nos está a ser difícil de resolver e que é o modelo das unidades de participação. Nós queremos ter uma associação com a nossa referência e ser partilhada com outras três entidades, AIDA, Universidade de Aveiro e CIRA; é este o nosso modelo e a auscultação com qualquer uma das três entidades está já feita há muito tempo. Os nossos juristas estão a trabalhar nesta questão das unidades de participação. Nós não podemos ter associações, e temos algumas no nosso município com muitos problemas, um dos dossiers duros que temos seguramente pela frente, que é uma associação e entidades onde ninguém é dono de nada, ninguém tem prevalência, e estamos no escuro. O nosso modelo é uma Associação com gestão em unidades de participação. Fazendo um exercício meramente referencial, são dez unidades de participação onde a Câmara de Aveiro fica com seis, a AIDA fica com duas, a Universidade fica com uma e a CIRA fica com a outra. Fiz um exercício meramente indicativo. Portanto, é esta a componente que estamos a trabalhar nesta abordagem em que entendemos que a prevalência da posição a Câmara é um dado para nós chave e que não queremos alienar, mas também entendemos útil, positivo, para o crescimento do próprio Parque, mantermos a parceria com a AIDA e acrescentarmos duas entidades que já são nossas parceiras em muitas coisas e entendemos positiva a sua integração directa e formal na entidade que venha a gerir o nosso Parque de Feiras e Exposições. Em relação ao passado, Marques Pereira, houve muitos exercícios, nós próprios quando chegámos estudámos um trabalho feito por uma empresa consultora do nosso município encomendado pela câmara anterior. Era um trabalho interessante mas que nós discordámos dele e que era a fusão da AveiroExpo com a TEMA. Um exercício que, além do mais, em termos de gestão, até começou a ser feito. O nosso penúltimo director do Teatro Aveirense era funcionário da AveiroExpo. Houve um conjunto de operações que já estavam a exercitar isso. E respeitamos porque a ideia tinha algum bom senso, tinha alguns argumentos a favor dela. Nós discordámos dela e por isso não lhe demos seguimento embora houvesse uma outra questão, na nossa opinião, na análise daquilo que o Tribunal de Contas foi fazendo a propostas dessa natureza levava um chumbo direitinho. O Tribunal de Contas nunca aceitaria, como não aceitou por vários processos chumbados no país, a fusão de duas empresas que tinham que acabar ao abrigo da Lei

50. Além do mais havia essa questão mas antes dessa, em termos de gestão, nós não achávamos que fosse o melhor modelo. Só para deixar essa nota de que houve vários exercícios. Nós defendemos aquilo que estamos a fazer, defendemos para a AveiroExpo uma nova entidade com esse exercício de forças e com esse envolvimento institucional.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Muito rápido. Um registo que gostaríamos de saudar que se deve ao facto de ser assumido pela Câmara Municipal, que é pedra angular deste novo figurino que aí vem, apesar de ser constituído por unidades de participação que serão atribuídas a quatro entidades, que o município figurará como o parceiro que determinará qual caminho a ser seguido e que terá uma gestão (se quiser) absolutamente pública — e a motivação é essa.

O que me deixa uma outra questão curiosa. Sendo os transportes uma pedra basilar das políticas públicas (no nosso entendimento) em Aveiro, porque é que esta Câmara não encontra a mesma motivação para a questão dos transportes e é tão perentória nesta análise e nesta assunção de gestão na Aveiro Expo?”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Da nossa parte registamos e ficamos a saber qual é a posição e o que este executivo pensa fazer no futuro sobre a Aveiro-Expo. Mas mais uma vez ficámos sem saber qual é posição do partido socialista sobre a Aveiro-Expo, assim como outras coisas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Só para dar esta nota ao Marques Pereira. Nós podemos sempre retomar discussões e fazê-las outra vez. A discussão da MoveAveiro está feita completamente feita e bem feita. Eu recomendo sempre isto porque é sempre muito bom nós olharmos para outros exemplos do país inteiro. O fim da MoveAveiro foi um processo que correu muito bem que não vale a pena transformá-lo num problema. Nós tínhamos outro tipo de problemas: funcionários a mais, muitos funcionários da Câmara afectos à empresa, muitos funcionários da própria empresa, um problema grave de necessidade urgente e imediata de investimento, nomeadamente na nossa frota que estava em paupérrimo estado. É bom lembrar que quase noventa por cento dos nossos autocarros foram para a sucata. Esta realidade da AveiroExpo é absolutamente diferente. Nós também precisamos de investimento no nosso Parque de Feiras e Exposições? Sim. Nós também temos de o qualificar? Sim. Também estamos a fazer estudos para preparar a sua ampliação? Sim. Mas temos uma situação de emergência de investimento no nosso Parque? Claramente que não. É uma boa estrutura, tem qualidade, vai apresentando pela idade que tem problemas para resolver, temos que mudar umas peças do telhado, mas não há nenhuma emergência de investimento no nosso Parque de Feiras e Exposições. São realidades absolutamente distintas. É só esta nota, independentemente de os modelos poderem ser sempre bastantes. Não se pode é comparar coisas que têm um quadro de existência, ou tinham, de necessidade de intervenção no curto prazo absolutamente incomparáveis.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰¹⁶ o Ponto 1 – Apreciação e votação da dissolução da AveiroExpo – Parque de Exposições de Aveiro EM e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e nove votos a favor (PSD11+CDS6+PS9+IND3), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos.

Não houve declarações de voto.

Ponto 2 – Apreciação e votação da Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a Destino Final e Limpeza Urbana.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 06/09/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰¹⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

“Esta proposta tem a ver com uma matéria muito importante para todos nós: os resíduos urbanos. É uma área no Município de Aveiro onde temos uma boa performance com a prestação de serviços que temos em desenvolvimento mas que pela sua própria longevidade, já ultrapassámos os vinte anos de vida, foi tendo um conjunto de alterações formais e substanciais que carecem de uma recolocação desta matéria no mercado. Por um lado a desadequação de algumas tipologias de tarefas cumpridas dentro do contrato face àquilo que é a realidade de hoje. Há vinte anos, há vinte e tal anos, a quantidade de resíduos que todos nós púnhamos para o chão é incomensuravelmente maior da que acontece hoje. Há um contributo cívico, há um contributo dos cidadãos para a boa performance a este nível do município que é muito forte. Por exemplo, hoje a quantidade de varredura urbana que precisamos no espaço público é muitíssimo menor do que aquela que precisávamos há vinte anos. Há adequações como esta que exemplifico, embora não seja a única, àquilo que é a realidade de hoje àquela que era a realidade de há vinte anos. No próprio percurso destes vinte anos, nomeadamente nos últimos sete anos, entre a Câmara e o nosso prestador de serviços acordaram-se alterações profundas ao contrato. Há uma série de trabalhos a menos e uma série de trabalhos a mais que foram sendo acordados em cartas fora do contrato, matérias que estão tratadas com clareza mas não com a formalidade correcta e que seria pela via das adendas formais aos contratos, como todos temos boa consciência. Repito que elas estão tratadas, em termos de substância, de forma correcta, reduzimos em ‘x’, em dois mil e doze e em dois mil e treze, a factura porque se acabou com o serviço A, B ou C; pagamos mais um ‘y’ porque quisemos mais o serviço E, F, G e H. Tudo isto está claro mas tratado fora de contrato em troca de ofícios que foram o corolário de processos negociais entre a Câmara e a nossa prestadora de serviços. Chegámos a um ponto onde isto se tornou insustentável a este nível, embora o ponto não seja de agora porque já quando da última e da penúltima renovação do contrato os técnicos da Câmara, sejam os técnicos do Ambiente que tratam esta matéria na componente mais técnica, quer os técnicos juristas, tinham chamado formalmente a atenção de que a renovação não era o caminho mais correcto.

Uma segunda dimensão é a dimensão da adequação ao mercado. O mercado de hoje não tem nada a ver com o mercado de há vinte anos. Há mais operadores, há baixas

substanciais nos custos de prestação de alguns serviços nalgumas tipologias. Temos que ir ao mercado buscar esses ganhos de causa. Em concursos similares ao nosso, embora em termos de dimensão não tenha havido nenhum, tem havido da mesma tipologia mesma em municípios com uma dimensão, populacional e geográfica, muito inferior à nossa, comparando certas tipologias temos algumas importantes na estrutura de custos nesta prestação de serviços que vão para metade ou para um terço daquilo que pagamos actualmente. Isto não tem a ver com o facto de termos comprado caro no início mas tem a ver com aquilo que hoje o mercado nos coloca ao nosso dispor e que é, objectivamente, melhor ao nível do custo do que o que tínhamos há vinte anos. Portanto, por este motivo, é pertinente irmos ao mercado perguntar que condições nos apresenta para as tarefas que queremos cumprir.

Uma nota que é importante a este nível, na dimensão técnica, tem a ver com ganhos que queremos ter além deste que já referenciei. Dou um exemplo. Nós temos como objectivo aumentar a capacidade dos contentores, termos contentores de maior capacidade de armazenamento do que aquela que temos hoje, com o objectivo de diminuirmos o número de contentores na via pública porque é um elemento não qualificador da paisagem urbana e diminuirmos uma das tipologias da despesa mais importante num contrato desta natureza que são os custos da recolha. Com capacidade de armazenamento maior baixamos a necessidade da quantidade de recolha dos nossos contentores. Por aqui, em termos técnicos, queremos ganhar vantagem em termos do custo total das operações e, em termos técnicos, também compensamos com um aumento da quantidade de lavagem, do número de lavagens por contentor, para podermos ter um bom equilíbrio entre um maior tempo que o lixo está dentro do contentor e um maior número de lavagens para que não haja um impacto negativo naquilo que respeita aos maus odores que o lixo provoca no sítio onde é depositado.

Esta é a operação que nos trouxe até à elaboração deste concurso e que aponta para um redução do custo total desta factura para cerca de trinta por cento, na conjugação destes factores nós apontamos para uma redução de trinta por cento, arredondando as contas passámos de dois vírgula três milhões de euros para dois vírgula setenta e cinco milhões de euros, factura anual; e aqui está tal redução que apontamos de trinta por cento. Por aqui, poderemos encontrar uma prestação de serviços que garanta o nível de qualidade que temos e que queremos, melhorando um ou outro aspecto mas repito aquilo que disse no início que entendemos que temos um nível de prestação de serviços bom, com problemas de vez em quando com certeza que sim mas são questões pontuais e não o nível normal, e encontrarmos uma factura mais baixa. Na elaboração do nosso PAM, o PAM que está em vigor, apontámos isso mesmo. Nas previsões de vários custos, aquelas que foram exercitadas com mais pormenor são as grandes facturas, esta é uma das nossas grandes facturas da nossa estrutura de custos, apontámos para essa redução desse custo em crac de trinta por cento a partir do ano de dois mil e dezoito. É isto que fizemos como previsão no nosso PAM.

Esta matéria foi tratada na Câmara em fevereiro. Nessa data analisámos uma peça jurídica muito densa para tomarmos a decisão se renovávamos ou não. Porquê? Porque o nosso contrato acaba em fevereiro do próximo ano e tínhamos que o denunciar com um ano de antecedência, nos termos contratuais, à nossa prestadora de serviços. Tínhamos de lhe dar esse anúncio se renovávamos ou não. Ou melhor dizendo, tínhamos que anunciar se não renovávamos porque se a ideia fosse renovar o pré-aviso de um ano não era preciso. Se não renovamos, aí sei, era preciso dar pré-aviso. E foi isso que fizemos por deliberação de Câmara. Houve um despacho meu mas que obrigatoriamente tinha que ter acto de ratificação e foi ratificado. Daí para cá o que é que fizemos? Além de muita aprendizagem que a Câmara já tinha fizemos um trabalho de construção do

caderno de encargos que está nesta proposta, é a peça fundamental da proposta. Ele tem oito anos de duração porque nas leituras das várias decisões do Tribunal de Contas apontam para este tipo de prazos para estes contratos e seguimos essas indicações que vamos aprendendo com o Tribunal de Contas e que entendemos ser equilibrado para aquilo que são as exigências de investimento que, neste caso, são poucas. A grande exigência de investimento que a Câmara coloca a quem vier a ganhar o concurso é uma renovação total do nosso parque de contentores e de papeleiras. É a única exigência em termos de relevância de investimento que está neste caderno de encargos.

É neste quadro que esta proposta aqui vem, também neste quadro temporal.

Sabemos que estas matérias estão hoje com grande tensão no mercado. A maior parte dos grandes concursos vai parar ao tribunal. A nossa prestadora de serviços tem muita vontade em continuar a prestar serviços sem ir a mercado. Temos boa consciência que há aqui um campo para percorrer. Vemos câmaras à nossa frente a percorrer esse caminho, o caso mais badalado é o de Matosinhos mas há outras. Temos que saber respeitar cada uma das empresas na defesa dos seus interesses, nomeadamente usando a via judicial se para aí tivermos que ir.

Da nossa parte o nosso compromisso é fazer bem, é tomar as decisões com consistência técnica e técnico-jurídica, há sempre um cuidado muito especial da componente jurídica. É tudo isto que temos estado a fazer com profundidade, com cuidado, para que o processo corra bem. Com um compromisso que temos do nosso prestador de serviços, com isto termino agradecendo a tolerância do Sr. Presidente, que é o de chegarmos à data do fim do contrato e o nosso concurso não estar terminado por qualquer motivo, nomeadamente de recursos e disputas judiciais, de manter o serviço com lealdade e condição, até porque a relação entre as duas entidades é boa e não haveria qualquer motivo para fazer de outra maneira. Mas dar nota deste compromisso que existe entre ambas as entidades.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mo Senhor Presidente de Câmara, Senhores deputados, Senhores Vereadores e demais presentes.

A propósito da apresentação da proposta para aquisição dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos, nós começamos por considerar que a execução da abertura de concurso público internacional para a recolha e transporte para destino final dos resíduos sólidos do concelho revela-se como momento oportuno para demonstrar como a gestão municipal dos últimos 22 anos de CDS, PS e PSD/CDS, são a razão do quase colapso das Contas municipais e dos subseqüentes sacrifícios impostos aos aveirenses.

São também a demonstração de como o PCP denunciou os actos que foram praticados prevendo as consequências que deles advieram.

A decisão de concessionar a recolha do lixo a particulares foi absolutamente desastroso em termos financeiros desde o seu início em 1995.

Se não vejamos. Em 1994, no ano em que foi dada a concessão à SUMA, a CMA gastou em toda a rubrica de Higiene e Salubridade a quantia de 955 mil euros – a recolha e transporte dos lixos era apenas uma parte desse valor. Em 1998, terceiro ano da concessão, o gasto da CMA no sector ascendeu para 2.500 mil euros — um aumento de gastos de 160% em menos de quatro anos. O PCP demonstrou que os termos do contrato faziam prever o descalabro no preço a pagar. O preço a pagar era estabelecido em função do peso do dos resíduos sólidos, sem que fosse prevista qualquer diminuição do

preço por tonelada, em função dos escalões de toneladas recolhidas. Aos termos e os valores do contrato eram tão escandalosos e representavam tal encargo que esta Assembleia Municipal aprovou em 03 de julho de 2000, por iniciativa do PCP, uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de que desenvolvesse “todos os estudos e procedimentos atendendo à defesa dos interesses do município, sem sobrecarregar os aveirenses com novos encargos, nomeadamente revendo o contrato de prestação de serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos”. Esta Recomendação fazia todo o sentido e era oportuna na altura e é hoje, porque no contrato original estava previsto a sua denúncia ao fim de seis anos — ou seja em Setembro de 2001.

Embrulhado pela dívida crescente à SUMA e pela dificuldade negocial, nada se fez no sentido da revisão. Sendo esta situação uma das fundamentações centrais de uma Moção de censura ao executivo de maioria PS, proposto pelo PCP em Junho de 2003. Referindo-se textualmente que se censurava a Câmara “pelos prejuízos causados aos munícipes resultantes da perda de oportunidade da revisão do contrato da prestação de serviços da recolha de resíduos sólidos e urbanos”. A falta de resposta adequada a uma situação que estava identificada desde o início e que tinha a seu tempo solução adequada, nomeadamente o regresso da tarefa aos serviços municipais muito mais possível que nos dias de hoje. É da responsabilidade do PS, PSD/CDS o quase lamento incluído na deliberação da Câmara que justifica agora o concurso externo para aquisição de serviços porque a Câmara não dispõe “de meios técnicos e humanos necessários suficientes para assegurar os referidos serviços”.

Ora os recursos não existem porque CDS/PSD alienaram e destruíram. É quase hipocrisia este argumento vir agora a ser evocado pela mesma maioria que no essencial da vida municipal fez agora com os transportes públicos.

A má gestão acumulada ao longo dos anos colocou o município num beco sem saída para acabar com um contrato desastroso que há muito deveria ter terminado e agora é-nos dado um outro que na melhor das hipóteses é menos mau. Mas por menos mau que seja corresponderá ainda a um delapidar de recursos face ao que poderia ter sido feito com a manutenção da limpeza e recolha de lixo no interior dos serviços municipais.

É-nos aqui proposto um serviço com uma proposta de base 1.65 milhões de euros por ano!? Ora se estimarmos por excesso que, o serviço que foi contratualizado em 1994 por 600 mil euros ano, veremos com a taxa de inflação anual, esse custo seria agora de 960 mil euros ano. Menos 710 mil euros que a proposta apresentada.

Poderão dizer que este é um quadro simplista e que serão necessários avaliar outras variáveis. Bem, mas nem todas as variáveis seriam no sentido do agravamento do custo. Anos houve em que se verificou uma diminuição da produção do volume de lixo no concelho e o próprio paradigma do destino dos resíduos de alterou passando agora a ser de novo a ser mercadoria, a ser matéria-prima.

Concluindo. É evidente que sabemos que neste momento não há alternativa ao concurso. O nosso voto contra é no sentido do veredicto político de anos de má gestão com consequências que perduram e irão perdurar. Mas não aceitamos esta situação como fatalidade. É do interesse do município nos 8 anos que se irão seguir estudar a fundo a situação e encontrar os meios humanos e financeiros que permitam colocar ponto final à transferência de mais-valias dos cofres municipais. É possível fazer melhor e mais barato dentro do município. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) [020](#)

Vogal Jorge Nascimento (JPA) [021](#)

Vogal Jorge Greno (CDS) [022](#)

Vogal Carlos Barros (CDS) [023](#)

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Hoje sim é a última Assembleia e cumpre-me apresentar os cumprimentos habituais a todos os meus colegas de bancada, ao executivo municipal, à Mesa, e agradecer todo o trabalho e a oportunidade de ter participado nesta Assembleia Municipal. E a talho de foice dizer: eu na última Assembleia manifestei aqui o meu espanto por ter esta Assembleia com um conjunto de pontos marcados para estas datas, sendo que normalmente estas eram Assembleia de cumprimentos.

Assim, relativamente a este ponto, não posso deixar de estranhar o momento em que o mesmo surge. Percebo (e o Senhor Presidente já elencou esse argumento) que o contrato em vigor termina em Fevereiro de 2018 e portanto há necessidade de ter uma nova proposta.

Percebi também (e gostava de perceber de forma mais detalhada) que o contrato foi denunciado em Fevereiro de 2017, então o que é que aconteceu no tempo que mediou entre Fevereiro e Setembro de 2017? Ou seja, por que é que esta questão não veio de uma forma mais atempada e mais discutida de forma a que tivesse antecedido este momento de Assembleia Municipal? Deverá haver uma explicação e eu gostava que o Senhor Presidente explicasse.

E tenho também aqui algumas questões relativamente a este processo. O Senhor Presidente, penso que cometeu um lapso ao dizer que 2.65 milhões anuais, penso que deve ser 1.65 anuais? Bem, percebi que era um lapso, mas o Senhor Presidente referiu que o município iria ter aqui um ganho de 30% relativamente ao preço que actualmente é praticado!?

E a minha pergunta prende-se neste caso, porque estamos perante uma prestação de serviços, porque aquilo que é aferido ao nível da prestação de serviços, é a avaliação do nível de serviço.

Ora a minha pergunta é: havendo uma redução de 30% no preço (estimada, porque estamos a falar de um valor base que poderá ser maior), se esta redução tão volumosa, enfim, se garante um nível de serviço igual ao atual e que satisfaça aquelas que são as necessidades do município e dos munícipes daquilo que do ponto de vista seja a recolha dos resíduos urbanos e outras que aqui se encontram espelhadas.

Esta é sempre uma situação que nos devemos preocupar quando estamos a contratar uma prestação de serviços.

Falarmos de menos 30% não é nenhuma brincadeira num valor deste. E portanto a questão de garantir que o nível de serviço é o adequado é uma preocupação à cabeça. Porque se não for uma preocupação à cabeça corremos o risco de cair naquilo que aconteceu com os transportes!?

É que depois temos de fazer ajustamentos sucessivos até encontrar o nível de serviço desejado e obviamente que isso sai mais caro e adultera todo o processo que aqui está. Porque estamos a falar de uma concessão que logo a seguir tem uma alteração porque não estiveram contemplados nesse momento os níveis de serviço.

Portanto esta é uma preocupação evidente, aliás manifestada por alguém, que eu confesso não vi, mas eu vi aqui que há apenas uma recolha de 5 vezes por semana. Ou estimada 5 vezes por semana, logo o que implica que duas vezes por semana os resíduos não são recolhidos. Isto significa se for regularmente que o lixo fica nos contentores durante dois dias. A minha pergunta é se efectivamente essa questão, por exemplo, a talhe de foice do que eu estava a dizer, se não irá provocar algum desconforto das pessoas que estão ou que possuem estes contentores em proximidade. Para já é só.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Na última reunião tinha-me dirigido ao Senhor Presidente, hoje dirijo-me ao Senhor Presidente em exercício a quem quero obviamente estender também ao próprio as palavras e subscrever as referências que já tive oportunidade de dizer.

Relativamente a este ponto eu confesso e subscrevo as palavras proferidas pelo Francisco Picado que me suscita as maiores perplexidades e eu vou partilhar algumas e obviamente uma, aquando da convocatória ter a tempestividade desta discussão neste momento.

Mas da análise primeira foram-se somando várias da análise dos documentos que consta da instrução deste processo. E desde logo o facto de nele constar a abrir dois ofícios que foram sobescritos pelo Senhor Presidente da Câmara datados, ambos antes de 16 de fevereiro, para o mesmo destinatário, porém com duas moradas diferentes! O texto é exatamente o mesmo, mas há duas moradas diferentes. E ambos, referem, um ofício que presumivelmente anterior, cujo número vem lá especificado, mas cujo teor se desconhece porque não se encontra presente da documentação. No ofício 2347 que ficamos sem saber qual é apenas ficamos a saber que o Senhor Presidente reitera o teor desse ofício.

Porém, em ambos os ofícios, há uma referência e cito «ao contrário do que alegam» e isso dá-nos a entender que o destinatário desses ofícios não concorda com o que consta desse ofício. E há uma referência que nos dá a entender que se refere a uma data de notificação. E a verdade é que, a carta onde essa discordância teria sido expressa também não consta dos elementos, também procurei e não os encontro.

O que é de algum modo relevante porque a própria informação jurídica que acompanha esse processo é explícita, quando nela se pode ler e cito «sendo certo que se desconhece o dia exato do início da produção de efeitos do contrato porque não consta dos elementos constantes da Câmara». É o que lá está escrito. Ora esta presunção de haveria aqui uma discordância de fundo, torna-se patente quando eu hoje mesmo, que há dois dias foi remetida à Câmara Municipal e a esta Assembleia, uma reclamação por parte do contratante que a obter provimento, repito a obter provimento, torna ineficaz a denúncia. Pelo que o município a insistir neste procedimento pode vê-lo anulado ou então na obrigação de indemnizar, que são as consequências de uma denúncia ineficaz.

Repito, não fui o destinatário dessa comunicação, mas consta entre os vários destinatários, à assembleia municipal. E a primeira pergunta senhor presidente, como não pode deixar de ser, porque é que tendo sido destinatário a assembleia o Senhor Presidente não comunica aos membros da Assembleia Municipal que há uma reclamação apresentada por um contratante nestes termos. E, portanto, acabo de ouvir intervenções que me antecederam que partem do pressuposto que tudo foi feito e que assiste o direito de denunciar nestes termos, o que estamos a ver é que há quem conteste esse direito — e que tem consequências jurídicas.

E havendo uma reclamação eu entendo que a Câmara Municipal tem de decidir sobre essa reclamação, reconhecendo ou não razão ao contratante e, portanto, em rigor este ponto deveria ser retirado desta agenda até decisão dessa reclamação. Porque se obviamente se reconhecer razão a denúncia é ineficaz e o processo não pode prosseguir. Aliás, está fundamentada essa reclamação. Desconheço se têm razão, mas não é uma arenga, está fundamentada com contagens de prazos, etc. Portanto alegadamente terá havido uma denúncia incorreta. E isso é relevante porque o cessação deste contrato não opera por rescisão ou por justa causa e, portanto não opera por justa causa, mas pela denúncia que pressupõe o exercício do direito de denúncia em determinados prazos. Compreendo que para alguns sejam minudências, mas as minudências processuais são

muito relevantes. E então em Direito Administrativo são particularmente importantes e daí esta questão tem de estar apurada.

A perplexidade que acresce a estas, sendo esta é a mais relevante, é a questão de estarmos a 15 dias de eleições e estarmos a apreciar este processo, quando aparentemente este processo está há mais de um ano na Câmara Municipal!? É o próprio jurista que assina a informação que o refere. Refere que o Senhor Presidente da Câmara lhe pediu uma renúncia em janeiro de 2017. Sendo certo que não terá pensado nesta matéria na passagem de ano, é credível que durante 2016 tenha pensado sobre isto e, portanto, porque é que só chega agora e chega com estas fragilidades. Esta questão da tempestividade era uma questão que tinha pura e simplesmente já estar afixada. Porque entre o momento que ela operou ou não entre fevereiro de 2016 e setembro, já tínhamos de ter a certeza que o processo não oferece vícios neste particular e, portanto, a empresa ou tem razão ou não tem.

Mas chegamos a este momento e não sabemos responder a essa pergunta. Sendo certo que a única coisa que temos é uma informação da Câmara que dá conta das fragilidades que sustentam a data.

E a última perplexidade que eu entendo que carece também de algum aprofundamento é também a informação em que o jurista dá nota que o caderno de encargos que recebe em janeiro de 2016 já está a ser trabalhado internamente há bastante tempo. Portanto já teria sido consolidado. Em janeiro 2017 ele era apontado com uma duração temporal de 5 anos mais 3. Portanto porque é que a Câmara aceitou vincular-se por mais estes três anos que aquele prazo inicial que ela própria dava. Porque ao final de cinco mais três tinha a possibilidade de denunciar o futuro contrato ao fim de cinco e permitindo uma renovação de três. Se alarga para oito é óbvio que se auto vincula por mais três anos. E a questão que se coloca é porquê essa iniciativa ter partido da própria Câmara? Porque também não há qualquer interação do processo, pelo menos aparente, que justifique a necessidade de prorrogar. Repito e a pergunta que dirijo Senhor Presidente da Assembleia, é porque é que não foi distribuído esses elementos que eu acho relevantes para esta discussão. E é só. As outras perplexidades são obviamente dirigidas como é óbvio à Câmara Municipal. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [026](#)

“Sobre este tema Senhor Presidente, estamos aqui num concurso de concessão a uma empresa que termina em fevereiro de 2018 e da qual se for a concurso tem uma perspectiva de diminuir o seu valor. O valor que os aveirenses pagam, em trinta por cento, mantendo um bom serviço prestado. E fazendo nota como o Senhor Presidente da Câmara disse que estamos passados vinte anos do lançamento desta concessão. É outra realidade. Alterações de mercado, alterações do serviço, alteração de postura das pessoas, uma questão de transparência nos concursos.

E atendendo a que é um concurso público que coloca em igualdade as empresas interessadas no serviço. Enquanto uma renovação privilegiava uma empresa que já está escolhida e que iria seguir os mesmos serviços, não possibilitando outras empresas de concorrer a este serviço.

Se a empresa recorrer da decisão da Câmara (como aqui já foi falado) a Câmara deve defender-se e argumentar e defender os seus interesses. Porque a Câmara ao defender os seus interesses está claramente a defender os interesses dos aveirenses.

Nós nesta bancada somos claramente a favor de que se opte por um concurso público alargado a quem quiser concorrer e não a uma renovação.”

Presidente da Mesa⁰²⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

“Em primeiro lugar quero dizer ao Filipe Guerra que o exercício que fez é muito interessante e que obviamente lhe agradeço, além do mais pela memória histórica. As suas conclusões estão correctas, mas só serve para isso porque nós somos prisioneiros da realidade pro mais que ela nos custe. De facto, a sua conclusão em que não há alternativa é a conclusão. É possível a Câmara, hoje, pôr um processo de administração directa em resíduos sólidos urbanos? Resposta muito simples e rápida: é absolutamente impossível. Mesmo que para nós, e isto é muito discutível no contrato que temos, fosse líquido que o parque de contentores e de máquinas e de viaturas seja todo da Câmara no final da prestação de serviços, acabei de dizer uma coisa que, em regra, não achamos que seja assim, era impossível nós irmos contratar um número de pessoas, algures acima das noventa, mais número, menos número. Era impossível; impossível legalmente, impossível porque o mercado não as tem disponíveis, era impossível. Portanto é um não assunto.

Filipe Guerra, poderei fazer como exercício que acho interessante, saber se há data, em noventa e três ou noventa e quatro, quando se fizeram os estudos e se tomou a decisão, foi ou não uma boa decisão na componente estritamente financeira. Sinceramente eu gosto de ser rigoroso nestas matérias e não sei. O que eu sei é que a qualidade do serviço, a quantidade e a qualidade do serviço, teve uma subida indiscutível, óbvia, fortíssima e evidente. Isso eu sei e sei também que é preciso cuidado a fazer contas porque, na conta, há uma parte do investimento para comprar camiões, renovar parques de contentores, que saíram da conta da Câmara, não foram só os custos diretos da mão-de-obra ou dos materiais. Há uma outra conta que é a conta do investimento para se ter a capacidade de manter a operação em curso. Portanto, é preciso fazer a conta completa. Sabeis que tenho sido muito disciplinado a trazer aqui à coação experiências minhas da minha vida como presidente da Câmara de Ílhavo, mantereis isso até ao fim, mas nessa minha experiência eu vivi a decisão de deixar a administração directa e passar para a empresa. E a decisão que tomámos também foi por ganhos financeiros, calculados de forma total, de médio e longo prazo. Também foi por questões financeiras. Deixo isto como pressuposto, só vale isso, não vale mais nada, que em Aveiro se tenha feito um processo idêntico para se tomar a decisão que se tomou. Nota histórica que serve apenas para honrar a sua intervenção, que além de mais lhe agradeço, mas que para aquilo que temos hoje para decidir não serve para nada porque, de facto, não há alternativa e temos que seguir com esta frente.

Dizer uma coisa ao António Neto. Eu tive o privilégio de ser convidado pelo Governo de Portugal para ir fazer uma visita oficial à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico que serviu de exemplo, aliás foi cópia, para as duas que se construíram na região centro, uma em Aveiro e outra em Coimbra. Tive esse privilégio. Éramos catorze ou quinze pessoas, alguns autarcas, poucos, gente da EGF, representantes na altura do gabinete, não foi o Secretário de Estado, foi um adjunto ou um assessor do Secretário de Estado de então, e foi muito importante para nós irmos fazer aquela viagem. Naquela comitiva havia duas facções: os pró UTMB e os contra UTMB. Eu pertencia ao grupo dos contra e porquê? Porque tinha visitado a incineradora de Newark, curiosamente, na altura, visitei em simultâneo com o Presidente da Câmara de Aveiro, Dr. Alberto Souto, e a incineradora de Amesterdão, a mais moderna da Europa, à data, uma incineradora da Câmara de Amesterdão, construída juntinho à periferia urbana de Amesterdão e fonte de riqueza, fonte de lucro, para a Câmara de Amesterdão pelo exercício da produção de

energia. Estamos a falar da Holanda, estamos a falar de Amesterdão. Para mim estava claro, por aquilo que eu conhecia de experiência directa, de visitas técnicas, aulas sobre a gestão financeira, faltava-me conhecer uma UTMB porque tinha lido umas coisas mas ver e ter uma aula de gente que tinha a gestão nunca tinha acontecido. Fomos a Leipzig e saímos de lá sem gente na comitiva a defender aquela solução. Estamos a falar da Alemanha, na altura a parte pobre da Alemanha; quando fomos, na altura ainda era muito marcante a diferença da Alemanha de Leste e da Alemanha Ocidental. Saímos todos de lá chocados porque a parte boa da UTMB que são os destinos com valores acrescentados do lixo era o fracasso total porque aquela empresa pública que geria aquela unidade não conseguia vender um pallet. Há volta da unidade, peço desculpa por não ser rigoroso, que tinha cerca de quatro ou cinco anos de funcionamento, era uma montanha de alguns trinta metros de altura de sacos com os pellets e já tinham uma percentagem de materiais depositados em aterro bem acima, não tanta como aquela que nós temos aqui, do objectivo fixado teoricamente e muito por força de muitos dias de paragem da mega estrutura mecânica, de facto aquilo era uma mega estrutura mecânica e quando avaria um troço é uma desgraça para voltar a pôr aquilo a funcionar. Têm que vir umas máquinas da América, porque aquilo foi uma invenção americana, e da América à Alemanha já se anda rápido mas não é exactamente de um momento para o outro. Saímos todos de lá a dizer que Portugal não pode fazer isto porque a Alemanha tem muito dinheiro para incorporar no lixo e mudar-lhe a forma, mas eles já diziam com clareza o que estava a acontecer em relação à questão financeira e ao insucesso ambiental. Nós somos Portugal e temos, obviamente, recursos muito menores e, portanto, para todos nós naquela comitiva estava claro que o país não podia seguir aquele caminho. Mas não vou fazer mais história porque depois, em Portugal, havia uma grandessíssima confusão da coincineração dos resíduos industriais com esta matéria, a palavra incineradora era pecado mortal, os Srs. Secretários de Estado de Governos de todos os partidos eram frágeis e ficavam muito nervosos com notícias de jornais, eu vivi bem isso porque passei imensas reuniões, e tomou-se a decisão que se tomou. António Neto, hoje temos mesmo um problema e vamos ter um problema maior no futuro, não tenhamos dúvidas disto porque o país tomou uma decisão errada. Um Governo do Partido Socialista e um Governo do Partido Social-democrata. Tomaram-se decisões erradas que já as pagamos e que as vamos pagar mais. Mas como diria o Filipe Guerra não há alternativa, é o que temos. Além do mais temos agora uma coisa que é boa para uns, má para outros, eu prendo-me a dar mais importância às vantagens, às sinergias, do que aos inconvenientes, hoje o Grupo EGF ao qual pertence a ERSUC é da mesma empresa actualmente da nossa prestadora de serviços no nosso município, julgo que toda a gente se lembra disso. Nós tomámos, aqui, uma decisão, continuo a achar que foi a boa decisão, e que foi vender a nossa participação societária na ERSUC que hoje tem como dono, como sabemos, acionista absolutamente maioritário na ERSUC e cem por cento na EGF, a mesma empresa que é nossa prestadora do serviço. Repito que tenho a achar que isso tem mais sinergias boas do que problemas. Não é de excluir que tem alguns problemas, como é evidente; pelo menos potencialmente tem-nos.

O Dr. Jorge Nascimento colocou a questão se estudámos isto. Estudámos imenso, há muito trabalho feito pela nossa equipa técnica, muitas reuniões com várias empresas do mercado, reuniões com outras câmaras, muito trabalho. Quando chegámos ao fim, nas últimas reuniões, muitas comigo, a maior parte com a Vereadora Raquel Madureira, muitas só entre técnicos, sentimo-nos bem. Esta é uma matéria onde poderíamos cuidar melhor de um ou outro pormenor? É, como quase todas, mas esta especialmente porque tem mil pormenores. Mas há, de facto, muito trabalho, muito estudo, muitos relatórios para termos chegado até aqui. Está aqui uma peça perfeita? Seguramente não está, mas

está aqui uma boa peça com a qual nos sentimos bem para irmos a um concurso e garantir um nível de serviço de qualidade, no mínimo, igual ao que temos hoje. Nós queremos que alguma coisa que funciona bem baixe o seu nível? Obviamente que não. Vivemos todos aqui, por nós, por quem nos visita, pro toda a gente, alguém quer que piore o serviço? Não passa pela cabeça de ninguém. Corremos alguns riscos? Pois com certeza, há sempre riscos mas o objectivo é esse, de forma clara e cristalina.

Quero, no entanto, dizer que aquilo que o Jorge Greno chamou a atenção para o crescimento qualitativo na gestão dos diferenciados tem que acontecer. Temos mestas e compromissos com a União Europeia, temos aí um dossier muito complicado e que não vejo ninguém a mexer nele que é a gestão das matérias orgânicas, dos resíduos orgânicos. Uma coisa muito complicado mas que o país assumiu formalmente compromissos com a União Europeia e ainda não demos passo nenhum no caminho do cumprimento do compromisso. Sentimos que a qualidade desse serviço tem que aumentar, não estamos a um nível tão alto como estamos nos indiferenciados, claramente, mas estamos num nível entre o razoável e o bom. Mas queremos ir para um nível mais alto. Mas também temos um outro problema que é um problema de quantidade. Precisamos de aumentar, claramente, a capacidade de recepção de material reciclado porque a sensibilização, a adesão dos nossos cidadãos a esta causa é crescente e se ela continuar a crescer, como todos estamos a trabalhar para isso, as campanhas de sensibilização que o Ernesto Barros questionou estão cá, estão dentro deste caderno de encargos, e vão seguramente continuar a dar resultado, será preciso aumentar a capacidade de armazenamento e de recolha dos camiões do outro nosso parceiro dessa frente com quem temos um contrato que é a ERSUC. Este jogo tem que ser feito da forma mais cuidada que sejamos capazes.

Eu devo dizer que tenho muita estranheza com esta posição do Partido Socialista. Sou, como vocês sabem, claro mas não vou poder ser pormenorizado nesta discussão pública. Nós temos a melhor relação do mundo com a SUMA. Quem minimamente conhece sabe que, além do mais, eu próprio tenho relações pessoais com gente com a mais alta responsabilidade na SUMA. Estamos à vontade, estou sempre à vontade no exercício das minhas relações pessoais com as minhas relações de trabalho. É conhecido. Aliás, alguns concorrentes até dizem umas coisas sobre isso. Eu estranho muito esta vossa posição, estranho mesmo. Quero-vos solicitar, aqui, publicamente, uma reunião de urgência para vos explicar toda esta história. Dr. Filipe Neto Brandão, Francisco Picado, há coisas que não posso dizer em público porque sabemos, já há muito tempo, que vamos para uma disputa judicial e temos que ter cuidado em tudo o que fazemos e também em tudo o que dizemos. Mas solicito-vos, sou eu a pedir-vos a vós, uma reunião para vos poder explicar com absoluto pormenor e rigor toda a história porque este dossier não tem alguns meses, este dossier tem, pelo menos, três anos de trabalho, de mil reuniões, de tentativas de conciliar, de estudar sobre a melhor solução, etc. E eu estranho, sinceramente, a vossa posição. Eu sei que neste mundo as pressões são violentas. Eu sofri-as quando na minha outra vida tive que gerir um concurso desta natureza, ao mais alto nível. Não sei o que é que vocês têm mas sinceramente há parte da informação que acho que é importante vocês conhecerem e que em rigor da defesa dos interesses da nossa Câmara e dos nossos cidadãos eu não o devo dizer. Mas há outras coisas que eu quero dizer e devo dizer. Há três questões principais na diferença legal que temos da análise jurídica da renovação ou não renovação. Primeira, a nossa empresa defende que este contrato, em termos legais, tem uma vida até trinta anos. Nós, rejeitamos liminarmente esse exercício. Mas esse exercício está feito da parte deles com pareceres jurídicos que nos foram entregues e que nós os temos. Os nossos juristas acham que a última renovação já não deveria ter sido feita e tendo sido feita deveria ter

ido a Visto do Tribunal de Contas. Ela foi feita e não foi a Visto do Tribunal de Contas. Segundo, vencido esse argumento a nossa empresa pôs um outro argumento em cima da mesa. É que a data de fevereiro não é fevereiro mas sim novembro. Portanto, perdido o primeiro argumento, veio o segundo argumento. Há uma diferença entre os juristas, seguramente alguns de vocês estão bem melhor colocados do que eu para fazerem essa análise. Há juristas que acham que a data que conta para o arranque do contrato é a data do Visto que visou o contrato assinado e que foi ao Tribunal de Contas e há juristas, como os nossos, que entendem que a data que conta é data da execução física do contrato, o início da execução física do contrato. Então a empresa veio com este segundo argumento. Fevereiro a nossa tese, Novembro a tese deles. Mas, vencidos neste argumento, vêm para um terceiro argumento e que é a tentativa de não recebimento do ofício que lhe fizemos. Mandámos o ofício por várias vias: por ofício, por dois ofícios, por email e por SMS. Sinalizámos por todas as vias possíveis, só não usámos pombocorreio nem sinais de fumo, mas sinalizámos por todas as vias possíveis a emissão deste ofício e houve uma tentativa de fugir à recepção do ofício. Quarto e novo argumento que está plasmado na reclamação que recebemos anteontem, dia treze, às dezanove horas e treze minutos e às dezanove horas e dezasseis minutos através de dois emails. Não é normal que uma empresa que está a tratar com a Câmara mandar um email com conhecimento de todos os Vereadores, incluindo os que não têm competências atribuídas para a gestão. É muito estranho. Muito estranho não, peço desculpa, nunca nos meus vinte de anos como presidente de câmara vi uma cena parecida. Porquê? Estamos numa fase formal normal, a empresa está a usar o seu espaço normal de dizer que não concorda com isto. E qual é o quarto argumento? Já não são os vinte ou trinta anos, já não é fevereiro ou novembro, já não é a carta que foi ou não foi recebida em tempo útil. É o dia de fevereiro. Não, corrijo. A hora do dia de fevereiro em que a execução do contrato começou. É isto. Portanto, com toda a clareza vos digo isto e com toda a clareza vos peço para me concederem uma audiência porque acho importante que o Partido Socialista que, em fevereiro, votou connosco a não renovação chega, oito meses depois, sete meses depois, e está contra aquilo quem em fevereiro estava a favor. Há coisas que são discutíveis, o Francisco Picado disse algumas delas. O contentor A ou B, o circuito, varrer mais ou varrer menos, tudo isso é o que está hoje aqui em causa. Mas renovar ou não renovar para a Assembleia é a primeira vez que estamos a discutir mas politicamente há aqui uma questão: o Partido Socialista, na Câmara, em fevereiro votou a favor e agora em setembro vota contra.

Francisco Picado, muito do tempo que gastámos foi a reunir mais uma vez, foi a tentar concertar mais uma vez, foi a tentar ver mais um pormenor para que tivéssemos uma garantia mais forte de que o processo está bem em termos técnicos e em termos legais porque queremos fazer bem. Se formos para a luta jurídica, se formos não, vamos, fomos dito pelas pessoas com quem temos a melhor relação pessoal do mundo ao mais alto nível da empresa, porque aqui, ainda por cima, todos nós somos amigos do peito de pessoas que são responsáveis pela operação aqui, temos todos boas relações com as pessoas. Eu estou a falar do mais alto nível que são as pessoas que têm vindo reunir comigo para tomar decisões mais complexas. Este é apenas o nosso exercício na certeza de que vamos fazer essa disputa com lealdade, defendendo o interesse público porque aprendemos pela vida, pela atenção que damos às coisas, que podemos ter um contrato de uma prestação de serviços com elevado nível de qualidade como temos hoje e com um preço mais baixo como o mercado está a praticar. Para quê? Para baixarmos a nossa factura. Para que é que baixamos a nossa factura? Para baixarmos a taxa de resíduos sólidos que os nossos concidadãos pagam, a tarifa de resíduos sólidos que nós pagamos e que é das mais altas do país. Não podemos é estar de acordo com isto que eu acabei de

dizer, que estamos todos de acordo, mas depois não se usa o único instrumento possível para que isto aconteça porque não há mais nenhum. A única forma de baixar a tarifa de resíduos sólidos urbanos paga pelos nossos concidadãos é baixar esta factura, não há outra forma possível. É este o caminho que estamos a percorrer, com toda a seriedade, em tempo útil. Francisco Picado, nós gostávamos de ter estado a tratar disto há um mês, há dois ou há três meses. Estávamos mais folgados em relação a fevereiro, claramente mais folgados. Expliquei, quando solicitei há oito dias, quando justifiquei o tratamento desta matéria agora, que não a podíamos deixar para novembro, quando a nossa Assembleia retomasse a plenitude do seu funcionamento porque de novembro para fevereiro, obviamente, não é possível, não há tempo útil para tratar de um processo destes. De setembro para fevereiro há, tirando dois meses já não há. Gostávamos muito, preferiríamos muito, termos conseguido fazer isto há um ou dois meses atrás. Estávamos mais folgados. Precisámos de mais uma, duas, três, não sei quantas reuniões, para chegarmos aqui hoje, termos chegado à Câmara, com uma solidez objectiva e forte na proposta que vos trazemos para que não haja dúvidas. Nós queremos um bom serviço como temos e queremos um preço mais baixo como temos direito a ter porque o mercado onde vivemos hoje nos propícia. Se isto fosse a minha casa ou a minha empresa e eu mandasse sozinho para terminar a conversa nesta minha intervenção eu não queria concurso público nenhum, chamava a SUMA, metia-lhe este caderno de encargos em cima da mesa, pedia-lhes uma proposta e depois estávamos ali com duas ou três reuniões de negociação para fecharmos um acordo. Se eu mandasse sozinho e o quadro legal não fosse o que é era assim que eu fazia porque estamos contentes com a empresa que temos. Não há nenhum problema com a empresa, nenhum conflito de natureza nenhuma. Quando há problemas que às vezes surgem, aliás até o Partido Socialista às vezes faz comunicados do contentor que estava mal, com lixo, sim, há problemas de vez em quando mas é só de vez em quando. Em regra temos um serviço com qualidade e quando há um problema telefone, ao dia que for, eu, a Sra. Vereadora Raquel Madureira, a nossa Eng. Paula que é quem gere este processo, e a SUMA está sempre ao dispor, sábados, domingos, feriados; sempre ao dispor porque temos a melhor relação pessoal e institucional. Para que é que estamos já a tirar a conclusão de que a SUMA não ganha o concurso? Faz sentido? Deixemos o concurso e as empresas virem ao jogo com um absoluto compromisso nosso: ganhará o concurso a melhor proposta na dimensão técnica, há aqui muitos preceitos técnicos que têm que ser cumpridos, e, obviamente, na dimensão financeira. Alguém que venha com truques, hoje o mercado está com muitos problemas neste sector, é só ver o que se passa em vários municípios, não são muitos mas são vários, nós procuraremos escolher bem e tirar fora alguma proposta que venha com exercícios menos lineares naquilo que é a quantidade e a qualidade dos serviços que nós queremos amarrada num preço muito baratinho e que seja muito atractivo para nós. Nós queremos baixar o nosso preço mas não abdicamos de um nível de qualidade alto e que é aquele que temos hoje, com excepções pontuais de quebra dessa qualidade e que em regra são repostas com brevidade e com bom entendimento entre as partes. Deixar-vos isto com clareza, enfatizando a solicitação ao Partido Socialista dessa reunião para podermos falar mais abertamente de alguns pormenores que em defesa da Câmara Municipal, num processo que já sabemos que irá acontecer e que é meu dever de responsabilidade cuidar.”

Presidente da Mesa⁰²⁹

“Quería sair em defesa da palavra do Senhor Presidente, esclarecendo a minha interpretação. Quando o Senhor Presidente fala da outra vida não tem a ver com nenhum

fenómeno transcendental da reencarnação ou de outra natureza. Penso que tem a ver com a sua anterior vida autárquica em Ílhavo. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Muito o brigado Senhor Presidente. Algumas pequenas considerações sobre o que ouvi aqui e depois da explicação do Senhor Presidente relativamente a este assunto.

Antes de qualquer análise jurídica é importante haver aqui uma discussão técnica e também política. Estamos perante um novo caderno de encargos que no nosso entender deveria ser muito mais alargado, muito mais abrangente, com especificações técnicas atuais importantes.

Só relembra também porque estão os representantes das freguesias que este concelho é eminentemente ligado ao sector primário e haverem muitas residências que têm jardins.

E parece-me que é muito omissivo relativamente (este caderno de encargos) ao que se podia fazer ou incentivar com as juntas de freguesia que houvesse uma compostagem local. Ainda não percebi se está aqui.

Fiquei também intrigado por o representante da freguesia tenha manifestado a sua preocupação no problema dos resíduos sólidos urbanos que afectam e afectarão muitos dos nossos concidadãos.

Outra das coisas é as fórmulas das penalidades contratuais. Parecem-me um bocado desfasadas porque os próprios serviços da Câmara não tem a possibilidade do contraditório técnico! No fundo a comparação meramente estatística não vai desembocar nas melhores práticas. Realçando-se a reutilização a separação e a compostagem local era muito importante. E depois também não percebi do aumento da capacidade volumétrica dos contentores. E depois ter apenas cinco dias de recolha (dois dias em São Jacinto e três dias no resto do concelho)! Não sei se apenas a capacidade volumétrica dos contentores tem a ver com a não frequência ou capacidade da recolha. Porque há momentos que têm mais outros têm menos, mas sobretudo no fim-de-semana há muito mais deposição de lixo nos contentores. Nas pequenas freguesias passam três dias, os resíduos sólidos orgânicos e não orgânicos estão todos no mesmo local e ficamos com um problema associado a essa situação. No fundo é isto.

Eu considero e continuamos a defender que a recolha devia ser um serviço público. Se nós nos regularmos pelos mercados o problema é, como noutros países ou noutras grandes cidades regularam, mas depois desregularam completamente o próprio conceito. Portanto estamos uns anos atrás de ver o que aconteceu nalguns países da Europa e também da América. Só lembrar-vos uma pequena séria muito importante que se chamava “Os Sopranos” e eles estavam directamente ligados à recolha de resíduos sólidos. Era só isso. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)[031](#)

Vogal Carlos Barros (CDS)[032](#)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente às questões que coloquei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o Senhor Presidente veio invocar relação pessoais que terá! Eu desconheço essas relações pessoais que o Senhor Presidente tem com operadores ou deixa de ter. Desconheço. Eu pessoalmente não tenho nenhuma e isso pode ficar registado em acta.

O que eu questioneei após análise do processo, no meu entender haveria elementos que deveriam constar do processo aparentemente. Que manifestamente o não estavam e constato que de facto havia e que eles não estão.

Porque objectivamente a legalidade dos procedimentos afere-se por o que deles consta e não pelo que não consta. O princípio da legalidade administrativa, se não confunde em momento algum com o da oportunidade. É precisamente essa uma das diferenças do Direito Administrativo. Desculpar-me-á, mas é rigorosamente assim. Porque a sindicalidade dos actos refere-se a isso.

E repito. Eu acho particularmente relevante é que tenha sido sonogado através da Mesa da Assembleia informação, que só hoje, poucos instantes de vir para esta Assembleia saber que está pendente uma reclamação administrativa que pretende precisamente a revogação ou a anulação da deliberação da Câmara Municipal que remeteu o processo a esta Assembleia. E portanto a Câmara Municipal vai ter de se pronunciar sobre isso, e condiciona precisamente a apreciação por parte da Assembleia.

Das duas, uma. Ou a Câmara Municipal retira este ponto da ordem de trabalhos para se pronunciar, fundamentado como não pode deixar de ser, pronunciando-se sobre os vícios em concreto que são imputados pelo reclamante. Ou então o Senhor Presidente que fez um repto relativamente a uma reunião esclarecedora (que admito que possa ser esclarecedora), se admite que ela pode ser esclarecedora ela é obviamente prévia à deliberação. Não me vai esclarecer posteriormente se eu estava certo se eu estava errado! Senhor Presidente, peço imensa desculpa. Se o Senhor Presidente pretende informar é para que possamos tomar uma deliberação formada. Portanto estou nessa disponibilidade, mas obviamente essa reunião, sob pena de ser totalmente inútil, é para me permitir a mim ter acesso a elementos que o Senhor Presidente entendeu que não deveriam constar do processo e que condicionarão ou não a minha deliberação.

Portanto, uma de duas obviamente não deixará de suceder, sendo certo que no demais já expus na minha anterior intervenção. Muito obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

“Gostava de deixar duas notas sobre este processo e uma terceira pelas questões que coloquei. Ouvimos aqui um discurso que já não é novo, que é o discurso da fatalidade. “agora não temos alternativa”. É verdade que não que não temos alternativa. Mas é exactamente o discurso que ouvimos aquando dos transportes. “não temos alternativa, todos os autocarros são sucata”. Pois, mas é preciso perceber por que é que chegamos a um ponto onde não temos alternativa. E essa a questão que coloco ao Senhor Presidente. Admitindo que tomou a decisão de não renovar o contrato, como é que andamos esta quantidade de tempo e depois dizer que não temos alternativa, quando foi a condução do processo que levou a essa situação.

E eu relativamente à condução do processo eu não sei, até porque não domino um conjunto de matérias da área jurídica e não sei ao certo a quem é que afere a razão. Mas o que eu sei e que é claro é que o processo foi conduzido de tal maneira a que há um conjunto de dúvidas que são agora suscitadas por uma das partes. E isso significa se calhar que não houve o acatamento necessário para que o processo não chegasse a esse ponto.

Relativamente às questões que coloquei, penso que não nenhuma questão que tenha colocado que não possa ser aqui esclarecida publicamente. Claro que sim o Senhor Presidente. Mas no seu discurso não ficou absolutamente claro. E portanto, não há nenhuma questão que lhe tenha colocado quer nesta quer noutra Assembleia, que não

possa ter resposta pública ou não devam ter respostas públicas. E gostava que essas declarações ficassem em acta.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Chegados a esta altura de renovação ou concurso o que é que nós constatamos aqui. É que o Partido Socialista em Fevereiro era a favor do concurso público e era contra a renovação. Agora por aquilo que todos ouvimos não sabemos bem. Sabemos é que o Partido Socialista está a manifestar-se um bocado contra o concurso público. E noto nisso alguma estranheza porque não há nada mais transparente, não há nada mais clarinho que os concursos públicos. As empresas que concorrem. Há os cadernos de encargos públicos e não uma renovação tácita a quem lá está.

Nós nesta bancada defendemos claramente o concurso publico e gostávamos que o Partido Socialista também de juntasse a nós nesta do concurso publico e não estar em Fevereiro a favor e agora não por aqui nem mexe por ali. Nós nesta bancada subscrevemos claramente concurso público.

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰³⁶

“É para um pedido de esclarecimentos ao Senhor deputado que me antecedeu. E a pergunta é muito clara. Se tem conhecimento dos fundamentos da reclamação apresentada com data de 13 de dezembro de 2016 ou se fala sem saber manifestamente do que é que está a falar?”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰³⁷

“Senhor deputado, eu não falei sobre a reclamação de 13 de Dezembro. Por isso o Senhor é que não sabe daquilo que eu estava a falar. E falou, sem saber aquilo que eu estava a dizer.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“Sr. Presidente, só mais uma nota. Mais uma originalidade do tal email de treze de setembro. É que no meio do email do Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores se põe também o email da Assembleia Municipal, algo que eu também nunca tinha visto. O email da assembleia, o mail que eu nunca tinha visto, está no meio dos outros, o meu é o primeiro, depois os outros. Eu nunca tinha visto isto. Que curioso, dois dias antes da nossa reunião. Na vida da política e da gestão empresarial as coincidências existem, mas esta não pertence ao grupo das coincidências.

O António Neto colocou questões que são pertinentes. Eu percebo o seu esforço para estar sempre em desacordo, que é sempre esse o trabalho do Bloco de Esquerda. Eu percebo e respeito isso. Mas dizer-lhe duas coisas. A questão da compostagem é externa a este concurso. Obviamente que nas campanhas de sensibilização, no trabalho com a reciclagem, do contrato com a ERSUC, essa é uma componente importante que temos trabalhado e que queremos trabalhar com muito mais intensidade. Mas repito, é externa a este nosso contrato. É interna quando falamos nas obrigações com as campanhas de sensibilização, com certeza. Digo externa naquilo que é a gestão da compostagem ela própria porque ela está numa outra dimensão. A outra questão que colocou da Câmara não ter condições para fazer um relatório técnico. Tem sim. A Câmara tem técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais que são uma equipa de fiscalização que trabalha todos os dias na fiscalização da prestação de serviços. Hoje e seguramente assim será, com mais dimensão ou com menos será aferido, mas a Câmara

tem essa componente técnica hoje e seguramente que a vai continuar a ter. A Câmara tem sempre capacidade para além da estatística de fazer o contraditório técnico porque fiscaliza permanentemente, com uma equipa a tempo inteiro, a prestação de serviços hoje e seguramente que o continuará a fazer. A outra questão que colocou, porque é que nuns sítios é uma vez, noutros, duas e noutros cinco. Faz-se sempre um equilíbrio. S. jacinto porque é que é duas vezes? Podiam ser cinco. Claro que podia. Mas o que é que se faz? Faz-se o equilíbrio entre a quantidade de população, residentes e comércio, que produz lixo, tudo isto tem um cálculo técnico, e a quantidade de contentores que se põe lá, as vezes que se lá vai recolher e faz-se este equilíbrio. É o normal; a conta dá nisto. Áreas com menor densidade populacional, no sentido total, entre residente e comércio, têm menos recolhas por semana, áreas com maior densidade populacional têm mais. Depois temos que ganhar um maior contributo de cidadania dos cidadãos. Temos cidades europeias que não fazem o que nós fazemos hoje, com cinco ou seis recolhas por semana. Têm apenas duas por semana mas já têm, por exemplo, recolha dos reciclados. A Alemanha está cheia disto. Nós, temos o sistema que temos. Temos que caminhar para aí mas temos muito que andar. É neste equilíbrio de funções entre a produção, a quantidade de contentores que queremos, tomáramos nós ter zero contentores porque é sempre um elemento negativo na paisagem urbana, é neste jogo de factores que ficam as contas finais feitas. Depois é importante saber que a empresa tem trabalhadores, têm direito a dias de descanso, têm limites de horas de trabalho, temos que respeitar isso; sei que também é uma preocupação sua. Dir-me-á que em vez de terem noventa tenham cento e oitenta funcionários. Aí já teríamos um outro problema, para a empresa e para nós, é que lá se iam os custos e a outra questão: a disponibilidade de recursos humanos para trabalhar nesta área. Hoje já é um problema sério na nossa região e noutras regiões do país.

Dr. Jorge Nascimento, dar-lhe nota que tive muito gosto em trabalhar consigo nesta Assembleia Municipal, com todas as notas e os momentos que tivemos um bocadinho mais tensos e crispados gostei muito de trabalhar consigo. A minha consideração e estima por si elevou-se substancialmente pelo trabalho que aqui fizemos nestes quatro anos. Deixar-lhe esta nota simples.

Ao Filipe Neto Brandão quero dizer que respondi às suas questões. As questões que colocou e que aqui tenho escritas respondi a todas. Ao Francisco Picado igualmente, respondi às questões que colocou, ainda por cima foram poucas. Concordou ou não concordou, mas eu respondi da forma mais clara e objectiva que me foi possível.

Mas vamos a duas questões muito simples. O Filipe Neto Brandão vem aqui com mais um exercício de tentativa que isto não ande: já que o Presidente propôs uma reunião então é melhor não decidir hoje. Eu bem sei o que é que referi e bem sei o que é que quero dizer. E sei bem o que é que vocês não me podem dizer. É que fica por justificar porque esta matéria é pública desde fevereiro deste ano. Nós tivemos que tomar uma decisão e a Assembleia Municipal acompanha todos os dias, todas as reuniões, ainda por cima só são duas por mês, a Câmara. Nós decidimos isto. O Partido Socialista reúne, que eu sei que reúne e faz muito bem. Não sei as reuniões mas sei que reúne os seus autarcas da Câmara e da Assembleia Municipal. Mas então de fevereiro até hoje nunca quisemos falar sobre isto? Só agora é que viram dizer que são contra? E ainda não se percebeu porque é que são contra. O que é que mudou de fevereiro para hoje? Porque em termos jurídicos e de enquadramento não mudou nada. Nada mesmo. Porque é que isto veio agora à Assembleia Municipal? Por ser um contrato plurianual, isto não é uma concessão. Isto só vem cá por ser um contrato plurianual, de oito anos. Não vem cá para mais nada. É evidente, porque somos políticos, aproveitamos para falarmos de tudo, do caderno de encargos, do enquadramento político, e muito bem. Mas isto, em termos

formais, só vem à Assembleia Municipal porque se trata de um contrato plurianual de oito anos. Vou dizer uma asneira: se isto fosse um contrato de um ano não vinha cá. O que é que se passa? Isto é uma questão política objectiva que fica no nevoeiro. Se quiserem a reunião façó-a com gosto, se não a quiserem muito bem. Aquilo que vos tenho para dizer nada tem a ver com a proposta objectiva que aqui está de abrimos concurso numa decisão política e formal que tomámos em fevereiro e que aqui vem num caderno de encargos que vem à discussão de forma aberta, mas apenas por se tratar de uma aquisição de serviços de oito anos e não por qualquer outro motivo. Nada, na conversa que vamos ter, tem a ver com esta matéria objectiva e por isso não retiramos ponto nenhum, não fazia o menor sentido. Se entenderem que também deixa de fazer sentido conversarmos pois com certeza, todos nós temos tantas coisas para fazer, até podemos conversar sobre outras matérias; não tem problema nenhum.

O Francisco Picado fez um outro exercício que é não termos alternativa. Aqui isso não se aplica. Temos alternativa, claro que temos alternativa. É chumbar. É voltar atrás e renovar o contrato. Isso está tudo em cima da mesa, é possível tudo isso. Temos sim senhor alternativa. Depois vão ter que me ajudar, mesmo. Não vão ter porque vamos aprovar o concurso, mas teriam que me ajudar como é que eu dou a volta aos juristas da Câmara, com os quais concordo de que este contrato não tem ponta por onde se lhe pegue. Como é que eu explico à Direcção do FAM que não abri concurso. Como é que eu explico à próxima auditoria do Tribunal de Contas que, mais mês menos mês cá virá, não abri concurso. Teriam que me ajudar a explicar isso. Mas como vocês não estão preocupados com isso até porque vos espera uma peada derrota no dia um de outubro, votai como quiserem, para nós é muito importante este concurso para mantermos a mesma qualidade no serviço aos nossos cidadãos e para baixarmos uma das taxas mais injustas que os nossos cidadãos pagam pelo seu preço tão alto que é a taxa de resíduos urbanos.”

Membros da Assembleia

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰³⁹

“É a primeira vez que recorro desta figura regimental neste mandato. O Senhor Presidente de Câmara Se entende que há coisas que não pode dizer nesta Assembleia Municipal é um problema seu.

Agora o que não pode é insinuar que eu seleciono aqui aquilo que são as minhas afirmações. Aqui se traz as propostas têm que as especificar Senhor Presidente.

Desculpe lá! Se está a dizer que eu não digo tudo o que quero dizer o Senhor Presidente deve especificar aquilo que acha que eu quero dizer e porquê. Muito Bem? Estamos entendidos ou não?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“Não sei se é pela terceira vez ou pela sexta. O que é que aconteceu ao Partido Socialista? Francisco Picado proteste como quiser, teve o seu direito a protestar, mas eu também tenho o direito à nota sobre o seu protesto. O Partido Socialista está aqui, tem representantes, e eu perguntei porque fica aqui um nevoeiro: o que é que aconteceu ao Partido Socialista, entre fevereiro e hoje? Se esta discordância é tão profunda, nós que já reunimos tantas vezes entre fevereiro e hoje porque é que essa matéria nunca foi aqui trazida? O que é que aconteceu? Francisco Picado, tem a ver linearmente com isto: é uma matéria política objectiva, estamos aqui com um instrumento para baixar taxas e impostos e tarifas aos nossos cidadãos e que o Partido Socialista tanto apregoa e o Partido Socialista é contra. Mas isso é democrático que uns sejam a favor e que outros

sejam contra; que uns protestem e que outros governem a favor dos cidadãos. Esta é uma decisão importante para prosseguirmos o bom governo a favor dos nossos cidadãos.”

Presidente da Mesa⁰⁴¹

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴² o Ponto 2 – Apreciação e votação da Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a Destino Final e Limpeza Urbana, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD11+CDS6+IND3), zero abstenções, e onze votos contra (PS9+BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de votos dos seguintes Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁴³

“Gostaria de deixar como declaração de voto do PCP a intervenção na primeira intervenção do ponto. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS):⁰⁴⁴

“Tal qual como votou na Câmara, porque entendemos que este ponto é importante para também descer as contribuições que os cidadãos têm com a recolha dos resíduos sólidos.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) - Nos termos do artigo 58.ª, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro:⁰⁴⁵

“Senhor Presidente, gostaria que ficasse adstrito à acta como declaração de voto correspondente a transcrição da minha intervenção inicial e bem assim, que ficasse registado em acta, nos termos legais do artigo 58.º da lei 75/2013, o Voto de Vencido dos deputados do Partido Socialista.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD):⁰⁴⁶

“O PSD vota favoravelmente este ponto, no seguimento daquilo que fizeram os Vereadores do PS no executivo na votação de Fevereiro.”

Ponto 3 – Apreciação e votação da Proposta de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 06/09/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁴⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Nós fizemos um concurso para contratar vinte e duas pessoas mas entretanto precisámos que uma dessas pessoas mudasse de funções dentro da Câmara e ela também estava a precisar. Portanto, precisamos de chamar mais uma pessoa, a vigésima terceira. Embora eu entenda que isto é um bocadinho exagerado mas a nossa equipa técnica acha que isto exige uma deliberação de Câmara e de Assembleia Municipal.

Trazemo-la por bom motivo e está aqui a proposta para que possamos chamar a vigésima terceira pessoa para que ela vá trabalhar o quanto antes para os nossos jardins-de-infância.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁴⁹

“Apenas para frisar que continuam a haver notícias de insuficiências de pessoal auxiliar em diversas escolas do concelho. Naturalmente apoiamos esta entrada de mais um funcionário, mas sublinhamos a necessidade de reforçar os quadros de pessoal no apoio pré-escolar. Tenho dito.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁰

“Subscrever a declaração do Filipe Guerra, dizendo-lhe que no que respeita às responsabilidades assumidas pela Câmara todo o pessoal está entregue às escolas. No que respeita ao Ministério da Educação conhecemos situações graves e algumas muito graves, como, por exemplo, na EB 2,3 de Cacia, de carências e faltas, em número muito significativo, de pessoal auxiliar. Compete ao Governo e à maioria parlamentar que o suporta resolver o problema. O Sr. Ministro anunciou há duas semanas que iam ser afectos ‘x’ milhares. Oxalá que sim. Foi o anúncio que o Sr. Ministro fez de ‘x’ pessoas, peço desculpa de não ter os números, salvo erro eram seis mil e duzentos professores e mil e quinhentos auxiliares, mas vale o que vale estes meus números, esperemos que isso chegue. Nós estamos hoje com graves problemas. No que respeita às responsabilidades da Câmara elas estão absolutamente cumpridas.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício, colocou à votação⁰⁵¹ o Ponto 3 – Apreciação e votação da Proposta de Recrutamento de um Assistente Operacional – Educação Pré-Escolar, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Não houve declarações de Voto.

Ponto 4 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro: Revogação do Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 06/09/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁵² deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

“O quadro legal tem algumas originalidades e uma delas é esta. Uma alteração feita de forma simples, ainda por cima a Assembleia conhece-a bem, decidimo-la, tem que vir aqui para ser formalmente apreciada, sem sequer haver votação. É uma originalidade da lei que temos, estamos a cumpri-la. Está tudo tratado, esta matéria está mais que

discutida, não se passa nada, apenas temos que cumprir o preceito formal. É isto que está em causa.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. A expansão da unidade hospitalar urge há demasiado tempo com as dificuldades notadas e prementes dos utentes e dos seus profissionais. A opção da expansão horizontal nesta zona revela-se mais vantajosa do que edificação em altura. No entanto o Bloco interroga-se se não haveria a vantagem de conciliar as estruturas já existentes do estádio com a expansão prevista.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁵

“Senhor Presidente, só para concordar com as palavras do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de facto que esta Assembleia já se pronunciou no sentido do Plano de Pormenor do Parque, portanto por decorrência dessa alteração o PUCA tem que ser alterado (em bom rigor) portanto não há nada de substantivo aqui. É de facto uma bizantinice da lei.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

“António Neto, mais uma marginalidade sua à Ordem de Trabalhos. Eu espero do Bloco de Esquerda uma ideia sobre aquilo que disse. O edifício que disse não aguenta, não tem capacidade estrutural, para ter pisos em cima. À volta temos uma rede viária que todos conhecemos. O sítio que temos são dois, o Estádio e os terrenos dos nossos armazéns ou a Escola João Afonso de Aveiro. Tomámos a decisão clara e cristalina, discutimo-la aqui profundamente, nesta Assembleia Municipal várias vezes. Achamos que estamos no bom caminho, temos uma boa decisão, apoiada por toda a gente. Apoiada pelo Centro Hospitalar, pela Universidade, pelo nosso parceiro Sport Clube Beira Mar, temos uma boa solução. Esta formalidade fecha um processo que foi muito discutido na sociedade aveirense, não foi só aqui, e encontrámos um ponto de solução, com a nossa absoluta convicção que é subscrito e é do agrado da esmagadora maioria dos cidadãos que dedicaram uma parte da sua atenção a este dossier.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício, deu como apreciado o Ponto 4 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro: Revogação do Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa em Exercício, informou o plenário que o munícipe José Paiva Rodrigues,⁰⁵⁷ residente em Aveiro, Freguesia Aradas, estava inscrito para o intervir sobre o tema do cumprimento do Decreto-Lei 150/87 de 30 de março (Bandeira Nacional)

José Paiva Rodrigues (Munícipe)⁰⁵⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁹

“Agradecer ao Sr. José esta sua intervenção que nos tem ajudado bastante a aprender sobre esta matéria da Bandeira Nacional. Eu pensei que sabia tudo por causa da minha vida militar, mas estamos sempre a aprender. Objectivamente eu nunca fiz nenhum despacho sobre como pôr a bandeira, nunca fiz e não vou fazer. Obviamente que nós amamos a pátria, nós gostamos de ver a nossa bandeira, não é nada disso que está em causa.

Eu só solicitei que verificassem que formalidade é que temos que cumprir, sendo do meu gosto que esteja lá a Bandeira Nacional ao lado da nossa Bandeira do Município. Agradeço o contributo. Já ouvi uma boca por causa desta sua diligência intensa que pusemos aquela Bandeira Nacional na rotunda da ponta poente da Avenida da Força Aérea por cunha sua; cunha boa, não é daquelas cunhas más. Mas não é verdade. Seguramente que a sua atitude estimulou-nos, sim. Mas era uma decisão que já tínhamos tomado há uns tempos quando decidimos dar a uma das nossas rotundas a Bandeira Nacional, assim como vamos dar a uma outra, a obra teve que parar por causa do parecer formal das infraestruturas de Portugal, que é a rotunda que fica entre a Póvoa do Valado e Mamodeiro, no cruzamento que vai precisamente para a UTMB, e essa vai ser dedicada ao Município e às suas dez Freguesias, tendo com elemento principal a Bandeira do Município. E aí também foi um estímulozinho.

Queremos fazer bem, só pedi aos serviços para verem as obrigações no cumprimento do Decreto e mesmo que não tenhamos que ao lado da Bandeira do Município, nomeadamente nos dias de estilo, que manda a tradição e a lei, que esteja a Bandeira Nacional com todo o gosto.”

Presidente da Mesa⁰⁶⁰

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta sessão extraordinária em Setembro, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,⁰⁶¹ não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o presidente da Mesa em Exercício, deu por encerrada⁰⁶² Sessão Extraordinária em Setembro – última no mandato 2013-2017.

Eram 21:00 horas do dia 15 de Setembro de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal do núcleo do Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais, que a elaborei nos termos legais.

(02:30)